

Exmo. Sr.

Vice-presidente da República

Ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)

**Geraldo Alckmin**

Exmo. Sr.

Secretário de Desenvolvimento Industrial do MDIC

Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI)

**Uallace Moreira Lima**

**Assunto: A REINDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA E O PROJETO DE  
DESENVOLVIMENTO NACIONAL: DEMANDAS DOS TRABALHADORES  
PARA A CONTINUIDADE DA NIB**

A bandeira da reindustrialização foi erguida como um tema central em 2022, durante a vitoriosa campanha eleitoral do Presidente Lula e do Vice-presidente Alckmin, com total apoio do movimento sindical brasileiro. Desde 2018, essa questão vem ganhando relevância e atenção, culminando com a elaboração e apresentação do Plano Indústria 10+ pelas centrais sindicais, antes da realização daquele pleito. De fato, não podemos conceber que um país com o porte populacional e territorial do Brasil não tenha uma indústria posicionada entre as principais forças produtivas do planeta.

Nesse sentido, participamos desde o princípio dos esforços de formulação da renovada política industrial no âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), lançada no início de 2024, sob o nome de Nova Indústria Brasil (NIB), visando posicionar a indústria de transformação como pilar fundamental na estratégia nacional de desenvolvimento sustentável até 2033. Devemos considerar e entender a NIB como parte central do projeto de desenvolvimento nacional para as próximas décadas.

O diagnóstico que levou a essa iniciativa é conhecido: há um processo de desindustrialização precoce e exportações com baixa e média complexidade tecnológica, enquanto as importações são de média, média alta e alta intensidade. Importante lembrar que, embora a indústria de transformação seja o principal segmento exportador do país, a expansão desenfreada de importações industriais representa um déficit crítico na nossa balança comercial, alcançando US\$ 370 bilhões entre 2015 e 2024, em grande medida resultante da nossa dependência nos segmentos de média-alta e alta intensidade tecnológica.

É nesse contexto que, alinhando-se ao novo conjunto de políticas industriais recentemente adotadas pelos principais países desenvolvidos, o Plano de Ação para a Neoindustrialização, termo adotado pelo atual governo, busca fomentar uma indústria digital, sustentável e eficiente. Consideramos acertada a concepção da NIB ancorada em missões estratégicas para a sociedade brasileira, e o seu rebatimento em um conjunto de 19 cadeias produtivas prioritárias, associadas às referidas missões. A indústria não é vista

como um fim em si mesma, mas deve alcançar objetivos claros em temas críticos para o Brasil: agroindústria, segurança alimentar e energética; saúde; bem-estar nas cidades, com intervenções em moradia, mobilidade, saneamento e infraestruturas urbanas; defesa e soberania nacional; transformação digital; descarbonização, bioeconomia e segurança energética.

Foi definida a alocação de R\$ 300 bilhões para o Plano Mais Produção, a partir de recursos públicos do BNDES, EMBRAPII e FINEP, alocados em quatro grandes eixos:

- a) Indústria Mais Inovadora e Digital, com R\$ 66 bilhões;
- b) Indústria Mais Verde, com R\$ 12 bilhões;
- c) Indústria Mais Exportadora, com R\$ 40 bilhões;
- d) Indústria Mais Produtiva, com R\$ 182 bilhões, sem prejuízo da participação de bancos públicos regionais (BNB, BASA, BRDE, BDMG, BANDES) ou da alavancagem de recursos privados que amplifiquem o atendimento a projetos sintonizados com as missões estruturantes da NIB.

A condução da política econômica pelo governo federal, juntamente com o início da implementação da nova política industrial, a NIB, mostra resultados relevantes e também promissores. A taxa média anual de crescimento da economia brasileira em 2023 e 2024 alcançou 3,2% e a indústria dobrou seu ritmo de evolução em 2024, crescendo 3,1%. O emprego na indústria de transformação já alcançou o seu ponto histórico mais alto, com 8,7 milhões de vínculos formais registrados em maio do corrente ano. O desafio para o período que vai até o final de 2026 está não apenas em consolidar essa trajetória, mas permitir uma sequência cada vez mais qualificada da política industrial. Nesse sentido, apresentamos ao MDIC um conjunto de quatro proposições que consideramos de alta relevância e que compõem o núcleo prioritário de temas críticos para o movimento sindical brasileiro, a seguir descritos, orientados à formulação de iniciativas que atuem sobre os Desafios de Adensamento das Cadeias Prioritárias, conforme demanda do CNDI e do MDIC.

- 1) **Formação profissional, trabalho decente e transição justa:** o estudo do DIEESE contendo o Mapeamento Ocupacional das Cadeias Produtivas Prioritárias do programa Nova Indústria Brasil (NIB), tem como premissa a centralidade do trabalho e dos trabalhadores na atividade industrial e busca dialogar com o tema das mudanças na dinâmica do emprego e nas estruturas ocupacionais. Nesse contexto apresenta-se o referido mapeamento ocupacional das cadeias produtivas prioritárias da NIB, com o objetivo de contribuir para o debate sobre os impactos e oportunidades das transformações produtivas no país, com foco na valorização do trabalho e na justiça social. O estudo identifica os perfis ocupacionais predominantes nas cadeias produtivas associadas às seis missões estratégicas definidas pela NIB, definindo uma tipologia com quatro grupos profissionais, a partir da combinação de dois critérios principais, (i) o nível de demanda pela ocupação e (ii) o grau de escolaridade preponderante em seu exercício. A partir daí temos as quatro categorias identificadas

para cada cadeia prioritária: 1. Profissionais-chave estratégicos – ocupações com alta demanda e exigência de alta qualificação técnica e/ou acadêmica; 2. Profissionais operacionais prioritários – ocupações com alta demanda e menor exigência de qualificação; 3. Profissionais de transição – ocupações com baixa demanda, mas alta qualificação; 4. Profissionais em vulnerabilidade ocupacional – ocupações com baixa demanda e menor exigência de qualificação. O documento propõe ao final uma agenda específica, estruturada em três eixos de atuação:

- I. Ações voltadas à formação e qualificação profissional;
  - II. Ações voltadas à promoção do trabalho decente na neoindustrialização;
  - III. Ações voltadas à promoção da justiça social na transição tecnológica e energética.
- 2) **Fortalecimento e modernização tecnológica das regiões industriais maduras:** o segundo estudo do DIEESE aqui apresentado nasce de um amplo levantamento sobre as Cidades Industriais Brasileiras, elaborado em 2024, mas tendo como foco a territorialização das cadeias produtivas prioritárias, com a identificacao das principais localidades e regiões em que estão situadas no país, seja em termos de estabelecimentos como de empregos industriais existentes. O mapa-síntese do referido estudo identifica 16 regiões principais de concentração das referidas cadeias, bem como 86 cidades centrais nessa perspectiva. A partir desse levantamento, propõe-se que os quatro programas que estruturam a NIB (Indústria Mais Inovadora e Digital, Indústria Mais Verde, Indústria Mais Exportadora, Indústria Mais Produtiva), assim como os órgaos de financiamento encarregados de fomentar a política industrial (BNDES, FINEP e EMBRAPII), tenham um olhar prioritário também em perspectiva territorial, desenhandando ações específicas junto a atores locais e regionais para permitir o devido acesso das empresas industriais dessas regiões, em especial aquelas de médio e pequeno porte, que representam parte expressiva do tecido industrial brasileiro.
- 3) **Critérios para acesso às fontes de financiamento da NIB:** para além do exposto no item acima, no que diz respeito à ampliacao do acesso para empresas de médio e pequeno porte, muitas vezes distantes da informação e conhecimento necessários, é importante destacar a relevância de critérios que considerem a existência de práticas anti-sindicais ou de degradação dos territórios por parte de empresas que buscam recursos junto aos órgaos encarregados do financiamento da NIB. Nesse sentido, propõe-se que critérios de respeito à atuação sindical e negociação coletiva, bem como práticas de responsabilidade social e ambiental, sejam claramente colocadas como requisitos para o referido acesso aos recursos previstos na política industrial brasileira.
- 4) **Ampliação do Conselho Consultivo do Setor Privado (Conex) da Câmara de Comércio Exterior (Camex) e reversão progressiva do déficit comercial da indústria:** entendemos, no âmbito do movimento sindical brasileiro, que o tema do comércio exterior é altamente estratégico para o sucesso da NIB, e nesse sentido postulamos a ampliação do Conex, atualmente restrito apenas a representações do próprio governo federal e de entidades empresariais, transformando-o em conselho de



caráter tripartite, de modo a considerar a perspectiva das representações sindicais de trabalhadores. Como exposto anteriormente, muito embora seja o principal setor exportador do país, a indústria brasileira apresenta um déficit comercial recorrente e de valores incompatíveis com as características de nosso país e de nossa economia. Entendemos que a reversão dessa trajetória deva ser um objetivo também da NIB, demandando ações de fomento a setores de alta e média-alta intensidade tecnológica, assim como a revisão imediata da LETEC - Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum do MERCOSUL, e das reduções temporárias do imposto de importação de itens não produzidos no país (“ex- tarifários”).

Além disso, a ausência de um indicativo claro de geração de empregos e de elevação da participação da indústria na economia são lacunas significativas que precisam ser abordadas, pensando na progressão da política industrial brasileira, desde já.

**IndustriALL Brasil**

**Central Única dos Trabalhadores – CUT**

**Força Sindical**

**Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos**